

ENTREVISTA COM O DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ALBERTO GURGEL DE FARIA - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

Nancy Moreira de Barros Freitas¹

Esta entrevista, parte da dissertação: **Memória, Identidade e Justiça Social: vinte anos do Tribunal Regional Federal da 5ª Região**, de Nancy Moreira de Barros Freitas, orientada pela Professora Doutora Sylvana Maria Brandão de Aguiar, para obtenção do grau de Mestre em Gestão Pública, objetiva favorecer meios de cumprir a legislação constitucional que regula o Direito de Memória, bem como, garantir publicidade e acesso a informações que podem servir de exemplo de vida para estudantes e cidadãos.

Um país como o Brasil, que almeja consolidar a democracia, que se preocupa em garantir o acesso dos cidadãos as informações, nesta entrevista terá a oportunidade de conhecer um magistrado jovem, que perseguiu seus objetivos, estudou muito para conseguir galgar a posição que se encontra hoje. Segue mais um exemplo de vida.

PALAVRAS INICIAIS DO DESEMBARGADOR FEDERAL.

Antes de mais nada Nancy, eu gostaria de parabenizá-la por este trabalho que você vem realizando, resgatando a História do nosso Tribunal, que é uma coisa por demais importante, a gente tem sempre que pensar no presente, para poder planejar o futuro, mas não pode esquecer o passado e você está deixando esse registro da memória do nosso Tribunal.

ORIGEM / FAMÍLIA**1) Por favor, o seu nome completo e o de seus pais?**

Bem, meu nome é completo é Luiz Alberto Gurgel de Faria, e o dos meus pais, Clementino Mariz de Faria e Teresinha Gurgel de Faria.

2) Quando e qual a sua cidade de nascimento?

Para falar da minha cidade de nascimento, eu vou puxar um pouco as minhas raízes. Os meus pais são norterio-grandenses, da região do Seridó. Mamãe nasceu em Caicó e Papai nasceu em Serra Negra do Norte, então ambos potiguares. Papai estudou direito, em uma época que ainda não existia direito na Universidade do Rio Grande do Norte, ele é da turma de 1950, daqui da Faculdade de Direito do Recife; depois, ele prestou concurso no Ministério Público do Estado e fez a carreira chegando até o cargo de Procurador de Justiça, aqui no âmbito do Estado de PE. Então, a minha cidade de nascimento é Recife, eu nasci aqui, muitas pessoas pensam que nasci no Rio Grande do Norte, em face exatamente desse elo muito forte, porque meus pais nasceram lá e toda a minha família é de lá, mas, eu nasci aqui em Recife. Contudo, eu digo sempre que me considero um Potiguar Pernambucano, porque nasci aqui em Recife, gosto demais do Recife, mas, tive uma ligação muito forte com Natal; eu voltei muito jovem para Natal, minhas férias eram lá, minha avó, minha família toda, então eu me considero um Potiguar Pernambucano. Eu nasci no dia 08 de julho de 1969, estou pertinho de completar os 40 anos.

¹ Mestre em Gestão Pública pelo Mestrado em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste (MPANE) da UFPE; Servidora do Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

3) Como foi a sua infância, Doutor Luiz Alberto? Pode falar um pouco sobre sua cidade natal?

A minha infância na verdade foi dividida entre Recife e Natal; voltei a residir Natal definitivamente aos 8 anos de idade, quando papai se aposentou aos 53 anos, relativamente muito jovem. Então, minha infância foi dividida entre lá e cá, uma infância muito rica em termos de liberdade, e em termos de uma infância saudável, graças a Deus. Eu tive a felicidade de ter um irmão muito próximo, a nossa diferença é de praticamente um ano de idade; na época em que morei aqui em Recife, nós éramos vizinhos a um tio meu (irmão de minha mãe), que tinha 2 filhos, no caso 2 primos meus, praticamente na mesma idade; nós morávamos numa praça exatamente por trás do Colégio São Luiz, no bairro dos Aflitos. Era uma rua muito tranquila, nessa praça eram cinco casas apenas, naquele tempo em que as casas tinham terrenos grandes; hoje em dia, onde haviam cinco casas, têm três edifícios; onde antes moravam cinco famílias, quantas não moram hoje? Muita liberdade, numa época que a gente brincava muito de bicicleta, freqüentava muito a praça, brincando com total liberdade entre primos e amigos. E, aos oito anos de idade quando papai se aposentou, eu fui para Natal, onde também gozava dessa mesma liberdade. Eu tinha primos próximos, além dos amigos, obviamente; mas, eu sempre tive a felicidade de ter familiares em idade próxima que aí é o elo além da amizade, o elo familiar sempre foi muito forte e a família foi sempre muito presente.

4) Quer falar algo sobre os seus pais? E sua família hoje?

Meu pai, como eu já tive a oportunidade de comentar, fez Direito, é da área jurídica, mamãe é de um tempo em que era mais difícil a mulher trabalhar, embora ela tenha feito Escola Doméstica em Natal (que é uma escola muito tradicional); como meu avô materno morava em Caicó, lá ela fez o ensino fundamental; posteriormente, cursou o ginásio, em Natal, na capital. Não continuou os estudos, porque havia de se casar e cuidar dos filhos. Meus pais sempre foram muito presentes, não só em minha vida, como na de todos os irmãos; é uma coisa que nós sempre fazemos registro, de como nós fomos felizes enquanto os nossos pais estiveram aqui, nessa dimensão com a gente. A diferença de idade entre eu e meus pais era grande, porque quando eu nasci mamãe tinha 40 anos e papai já tinha 46 anos de idade, e apesar dessa distância de gerações era incrível a amizade que nós tínhamos, a liberdade e o amor que eles sempre nos deram. Hoje, eu sou casado, no próximo ano completo 19 anos de casado; me casei muito jovem, quando ainda tinha 20 anos de idade, com Adriana Medeiros Gurgel de Faria, minha esposa, que é Promotora de Justiça. Tenho duas filhas, Luana, a mais velha, que tem 18 anos de idade, e Isabela, a mais nova, que tem 9 anos de idade, e que são realmente as minhas jóias.

VIDA ESCOLAR**5) Como foi sua vida escolar? A sua primeira escola, sua professora. Algum fato importante a destacar?**

Na verdade, eu fiz praticamente o meu ensino todo no Colégio Marista. Teve uma escola pequena, em que eu estudei aqui em Recife, confesso que não me recordo o nome, era na Rua do Futuro, uma escola muito importante; lembro-me que eram duas professoras, Pérola e Mirineide; logo em seguida, eu fiz teste para o Colégio São Luiz/Marista, mas só estudei o 1º ano no Marista, porque quando eu iria para o 2º ano, a gente foi morar em Natal, e aí fui para o Colégio Marista de Natal onde fiz o ensino fundamental (na época, a gente chamava Primário, Ginásio e Científico), bem como o ensino médio. O Marista foi extraordinário, muito bom, sempre com a feliz presença desse meu irmão; apesar da diferença de um ano, nós sempre estudamos juntos, até chegarmos à faculdade, onde ele foi cursar engenharia elétrica.

6) Objetivando desmistificar a figura do magistrado, gostaria que descrevesse um pouco como foi seu desempenho como estudante.

Graças a Deus, nunca tive dificuldades nos estudos. Eu e meu irmão André éramos, sem qualquer modéstia, bons alunos. Sempre passei por média. Embora meu pai fosse da área jurídica, ele se aposentou quando eu era muito menino, com oito anos de idade, então eu não tive, ao contrário dos irmãos mais velhos, aquela presença marcante de sua atuação, fazendo os pareceres na época em que ele era Procurador de Justiça; então, eu não tive, digamos assim, um incentivo muito forte para a área jurídica, realizei meus estudos normalmente, e quando estava fazendo pré-vestibular, foi que realmente fui me preocupar com a minha profissão. E eu tinha dúvida entre fazer economia ou direito.

7) O que motivou sua escolha pelo curso de Direito? Alguma influência familiar ou de amigos? Existiu algum episódio que favoreceu a escolha?

Quem foi determinante na verdade foi minha mãe, por incrível que pareça; você poderia pensar que fosse o meu pai, já que ele era da área, mas não. Eu me lembro como se fosse hoje, nós dois sentados num terraço na casa onde a gente morava lá em Natal, em Lagoa Nova, e eu no pré-vestibular comentando com ela sobre a minha dúvida, e ela disse: “Meu filho, vá fazer direito, é uma carreira tão bonita”; antigamente, existia certa distinção entre Ministério Público e Magistratura, e hoje em dia são carreiras distintas. Mas, àquela época, se enaltecia um pouco mais a Magistratura. E mamãe dizia: “Seu pai foi procurador, mas, era para ele ser desembargador, era para ele ter feito concurso, era para ser Juiz. Vá fazer direito, e depois seguir a carreira da Magistratura”. E ela me incentivou muito, e eu graças a Deus fiz, e desde o início gostei muito do curso de Direito. Depois, as coisas foram acontecendo naturalmente, seguindo seu rumo normal.

VIDA PROFISSIONAL

8) Tendo conhecimento que o Senhor já foi servidor do Tribunal, poderia fazer uma retrospectiva sobre sua vida profissional, inicialmente como servidor, e depois o período até chegar como Desembargador?

Eu vim para o Tribunal exatamente no 1º ano de sua instalação; o Tribunal foi instalado dia 30 de março de 89, e a minha posse aqui foi dia 27 de junho de 1989; fui convidado para vir desde o início, pelo Des. Araken Mariz, que era Vice-Presidente e Corregedor aqui da casa, mas eu era um menino de 19 anos e estava, portanto, cursando direito, então eu não podia sair no meio de um semestre; aguardei ultimar o semestre, para então providenciar minha transferência universitária e vir no caso cursar direito aqui; eu digo sempre que a UFRN foi a minha digamos assim, a minha escola, no âmbito do direito, mas a minha verdadeira escola foi o Tribunal Regional, quando eu cheguei aqui aos 19 anos de idade, prestes a fazer 20, é como se tivesse entrando numa biblioteca jurídica, realmente foi o que me abriu os horizontes para o direito. TRF da 5ª Região é para mim, a verdadeira “casa do saber”.

O Senhor ficou inicialmente na área de Recursos?

Na verdade, eu iniciei na Divisão de Assuntos Correccionais, porque o Doutor Araken era o Vice-Presidente; então assumimos em junho. Mas, já em março de 90, não passou nem um ano, porque na época as administrações duravam um ano, o Doutor Araken assumiu a presidência e me convidou para ser o Diretor de Recursos Especiais Extraordinários, que para mim também foi outra área fantástica para trabalhar, porque os processos já chegavam para que eu examinasse a admissibilidade de recurso, que obviamente seria submetida ao Des,

Araken Mariz, já tendo a inicial, a contestação, a sentença a apelação e decisão do Tribunal; então, isso para quem estava se formando juridicamente, você ter a oportunidade de estudar um processo, num período que a gente tinha condições de estudar mais os processos, não que hoje não se estude, obviamente, continuamos estudando, mas hoje o volume é muito maior. Então, naquela época, apesar do trabalho ser constante, nós tínhamos oportunidade de estudar tudo nos autos, até éramos assessores, nós debruçávamos mais sobre os processos; foi realmente uma grande escola aqui o tribunal.

Poderia informar se já existia pretensão de ser Juiz Federal antes de assumir função na Subsecretaria de Recursos no TRF, ou foi, a partir do exercício nessa?

Tinha uma peculiaridade. Quando eu estava no meu primeiro ano do curso de Direito, em 1987, o Araken Mariz me convidou para fazer um estágio com ele na 1ª Vara do Rio Grande do Norte, onde era titular; então, em 6 meses de curso, comecei a estagiar, e já na Justiça Federal; não era comum você conseguir um estágio tão jovem, ainda no 1º semestre de curso, quanto mais na Justiça Federal, que sempre teve uma conotação muito positiva no âmbito da sociedade jurídica. Meus colegas diziam: “Luiz Alberto já está na Justiça Federal, etc”, e às vezes até alguns colegas chegavam e diziam “Juiz Alberto”, o que eu entendia como se fosse “Luiz Alberto”... ou coisas como “Olha, já está se achando juiz...”. Na cidade, eu tinha pretensão de ser magistrado, e as coisas aconteceram. Eu cheguei a fazer inscrição num concurso da Justiça do Estado, mas não cheguei a fazer as provas, pois já estava terminando os dois concursos de Juiz do Trabalho e Juiz federal; então, eu fui Juiz do Trabalho, antes de ser Juiz Federal. Os concursos antigamente demoravam um pouco mais, hoje em dia, graças a Deus, os concursos estão mais céleres e até com uma programação mais detalhada. Eu poderia dizer que praticamente nesses 20 anos de tribunal, o meu elo, a minha ligação com o Tribunal era muito forte, porque eu estava aqui já no 1º ano, e eu fiquei aqui até 1991, quando recebi um convite do Des. Aluísio Rodrigues, Juiz do Tribunal do Trabalho, para ir assessorá-lo junto ao tribunal da Paraíba e do Rio Grande do Norte. Ele tinha sido meu professor na cadeira de Processo do Trabalho, era uma oportunidade de voltar à nossa em natal, porque na verdade como era Paraíba e Rio Grande do Norte e estava para haver o desmembramento da criação do novo Tribunal, eu poderia voltar a trabalhar lá; é importante que se diga, eu era servidor efetivo da Justiça do Trabalho do Rio Grande do Norte, eu era servidor concursado, embora estivesse aqui exercendo um cargo em comissão. Então, diante dessa oportunidade, voltei a trabalhar com o Dr. Aluísio Rodrigues, por cerca de dois anos; em 1993 eu recebi o convite de Dr. Edilson, para ser o Diretor de Secretaria da recém-instalada 4ª vara do Rio Grande do Norte. Só que eu estava ultimando os meus concursos, eu tinha começado o de Juiz Federal em 1991, então eu fui Diretor de Secretaria durante um mês, e fui Juiz do Trabalho; acredito que eu nasci longe do TRF 5ª Região, em torno 2 anos e meio; então, em dezembro de 1993, eu assumi como Juiz Federal no Rio Grande do Norte, depois um período aqui em Pernambuco, quando eu fui promovido para 7ª Vara, voltei para 6ª Vara, e desde 2000 estou aqui; ou seja, há 15 anos, que eu tenho esse elo com o Tribunal, porque na hora que você é Juiz Federal, mesmo que não esteja, obviamente, no Tribunal, a ligação é muito forte; trabalhei de 1989 até final de 1991, ou seja, durante 2 anos e meio é que eu não estive aqui junto ao Tribunal.

Naturalmente, até com mais riqueza de detalhes, eles presenciaram mais, e gerenciaram essa situação; por exemplo, eu me lembro que assim que cheguei em junho 1989, os gabinetes ainda estavam se formando, era no prédio antigo, na Cruz Cabugá, no Palácio Frei Caneca; estavam sendo feitas as divisórias para poder estabelecer os espaços dos gabinetes, o da Vice-Presidência foi um dos primeiros a serem formados, era no último andar, o 6º andar; e então foi dado início à presidência, e posteriormente aos gabinetes.

Naquela época, os computadores estavam ainda começando a chegar, utilizávamos máquinas da IBM; durante esses 20 anos, a gente vê o Tribunal crescendo em termos de informática, os sistemas chegando, os computadores chegando. Depois, você tem oportunidade de vir para um prédio como esse, que já passado 14 anos, ainda é essa maravilha de prédio, com ótimas condições para os magistrados e servidores; mas, no início, principalmente para a administração de Doutor Ridalvo, que foi o nosso primeiro Presidente, eu imagino como foi difícil, ainda não haviam servidores nomeados, os que chegavam eram requisitados de quadros das seções judiciárias. Eu diria, nesses 20 anos que a gente está prestes a completar, que o Tribunal, foi muito feliz com os seus quadros, tanto de magistrados, como de servidores; nas administrações que ocorreram, a gente pode afirmar com toda a certeza, que foram muitas as conquistas, as renovações; mas eu acho que o principal aqui do Tribunal permanece, é o seu quadro de magistrados, o seu quadro de servidores, quadros de excelência, e isso a gente pode dizer que se espalha na Justiça Federal da 5ª Região, seja para os magistrados do 1º grau, como também para os servidores.

09) Fernando Pessoa diz: “[...] Deus quer, o Homem sonha e a Obra nasce [...]”

Em relação às aspirações criadas ao ser empossado Magistrado do Tribunal Regional Federal da 5ª Região poderia citar alguma que se tornou realidade?

Veja só Nancy, eu digo que sou muito feliz, porque quando a gente trabalha fazendo o que gosta, é uma grande felicidade, visto que na realidade você passa boa parte da sua vida na sua rotina dentro do trabalho, então para mim o fato de ter chegado aqui ao Tribunal tão jovem, com 30 anos de idade, eu já estou com mais de oito anos aqui no Tribunal, irei completar 9 anos em julho do próximo ano, já foi uma grande realização; então, o fato de continuar aqui, num grupo tão harmônico, nós somos 15 magistrados, procurando dar o melhor de si para realizar a justiça que é um desejo de toda a sociedade, para mim já é uma grande realização; lógico que você tem ideais, até em breve nós estaremos assumindo a Presidência do Tribunal, e obviamente nós já temos atingido as nossas metas, mas o que eu gosto mais de fazer é julgar, e isso a gente vem realmente conseguindo concretizar; embora goste muito, não tenho na realidade qualidade nenhuma para ser jogador de futebol, já passei da idade, e não tem jeito, vou continuar aqui como magistrado.

VISÃO TEMÁTICA

10) Pediria que falasse um pouco como está sendo sua atuação como Magistrado e Diretor da Revista do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, e como foi quando Corregedor e Diretor da Escola de Magistratura Federal da 5ª Região. Pequenos detalhes que marcaram, que deveriam ficar para História da Instituição.

Nancy, para mim de todas essas experiências, não que eu esteja dando menor importância às outras, para mim a experiência mais gratificante, foi a de ser Corregedor Geral do Tribunal da 5ª Região; foi gratificante; foi um biênio em que eu pude trabalhar com a minha equipe, com meus servidores, ter uma aproximação muito forte com a 1ª Instância, com os juízes, com os servidores que trabalham nas seções; eu estive em todas as 79 varas da região, são 15 cidades no interior com varas, e nós fomos a todas elas; então, a gente pode realmente dizer, fazer o que eu gosto de comentar, uma radiografia da 5ª Região da Justiça Federal, que para mim foi muito gratificante, eu sempre digo que na Corregedoria, a tarefa principal não é estar fiscalizando colegas, e sim verificar como você pode fazer com que a justiça possa melhorar, como você pode colaborar para que ela possa chegar ao jurisdicionado com maior celeridade e com mais qualidade, e foi isso que a gente tentou pautar na nossa administração. Terminei a minha administração como Corregedor muito satisfeito, inclusive recebendo mensagens de muitos colegas, no 1º grau, então para mim foi muito gratificante. Se

eu for tão feliz como Presidente, quanto fui quando como Corregedor, esteja certa de que será uma maravilha.

11) Que importância política e social o Senhor atribui à criação do TRF 5ª Região, há quase vinte anos?

Os Tribunais Regionais Federais, falando no sentido dos cinco, vieram num momento muito importante para o Brasil, que foi exatamente a redemocratização e na Constituição de 1988. Ela sedimentou o Estado Democrático de Direito e a redemocratização, sendo criados os Tribunais Regionais. Então, as pessoas que tinham qualquer demanda na área federal, que precisavam recorrer à Brasília, passaram a ter cinco Tribunais Regionais, exatamente para cuidar desta parte das apelações, que é a nossa competência, praticamente 98% dela poderia ser em nível recursal, e esses Tribunais aproximaram mais a 2ª Instância, a Corte, dos jurisdicionados, algo muito importante. Agora, é importante também que os Tribunais Regionais, e isto vale para os Tribunais de Justiça, possam tomar as suas decisões e estas funcionarem mais como decisões finais, que não se tenha tanta possibilidade de ir de um Extraordinário para um Supremo ou de um Especial para o Superior Tribunal de Justiça. As Cortes Superiores estão preocupadas com isso. Então, nós temos o Supremo, através da Repercussão Geral, tentando restringir essa avalanche de recursos extraordinários e o Superior Tribunal de Justiça, através da Lei dos Recursos Repetitivos, também tentando se utilizar de instrumentos, para que a gente possa ter decisões mais finalizadas, no nível dos Tribunais de 2ª Instância, sejam os Regionais Federais, sejam os Tribunais de Justiça, e no que diz respeito ao Tribunal do Trabalho.

12) Durante sua atuação neste Tribunal, poderia citar alguns julgados que considera mais relevantes para o Tribunal e/ou para Sociedade?

E quais desses poderiam estar num Espaço Memória do TRF 5ª Região com objetivo de servir a pesquisas de estudantes, acadêmicos e público em geral?

Realmente, nesses 15 anos da Magistratura Federal, foram muitos os casos que a gente julgou monocraticamente, no 1º Grau, ou também aqui no tribunal, nas turmas que participamos ou no pleno. Eu poderia destacar dois deles, que foram julgados quando eu estava na seção judiciária do Rio Grande do Norte; o primeiro caso, muito importante para mim, para a cidade de Natal, envolvia a interdição do lixão de Natal, que por volta de 1998, 1999, mais precisamente, ainda não tinha aterro sanitário, e a área que estava sendo utilizada como grande depósito de lixo da cidade, numa capital que hoje tem 800 mil habitantes, e que na época já devia estar em torno dos seus 700 mil habitantes; era uma área que coincidentemente era de rota para os pousos das aeronaves, então a união Federal ingressou com um recurso para interdição daquele espaço, porque não só estava o lixão prejudicando a questão das reservas de água utilizadas pela população, como também estava causando problemas de segurança nas aeronaves, fossem nos vôos domésticos, vôos normais, internacionais, como também os do comando aéreo de treinamento, muito utilizada na aeronáutica para treinamento de pilotos; eram muitos vôos, e com o lixão, aquelas aves, os urubus, ficavam próximos, e já tinham até ocorrido acidentes graves, mas graças a Deus nenhum fatal. Bem, nós examinamos todo o caso e julgamos procedente o pedido que foi feito pela União Federal, na época, contra o município de Natal, determinando que num espaço de tempo, onde obviamente havia a necessidade de se incluir orçamento, etc, fosse construído o aterro sanitário, o que veio a ser efetivado. Então é uma satisfação muito grande, você ter participado de certa forma para que um problema tão grave, que era de natureza ambiental, uma questão de segurança de vôo, como também do controle da administração pública, algo que ainda hoje é um tema difícil no âmbito da justiça, até onde deve ir a decisão judicial; então, eram temas relativamente novos, aquela questão ambiental, estava começando; hoje em

dia está super na moda, e foi uma questão importante que tive oportunidade de julgar; também outra, para mim até de certa forma mais emblemática, envolvendo meio ambiente, foi a determinação de se interditar lá em Natal, o Morro do Careca, que é um morro que quem conhece Natal, sabe que é seu cartão postal, na belíssima praia de Ponta Negra, e pela exploração que estava ocorrendo, desse morro, havia estudo demonstrando, que ele poderá de repente, com o passar do tempo, vir totalmente a desaparecer; é uma duna, que antes tinha uma vegetação até no meio protegendo, eu conhecia bem porque na minha infância, em Natal, eu passei muito tempo, na época que meu pai veraneava em Ponta Negra, eu subia muito o morro; então, vegetação já estava desaparecendo, houve a interdição, e o cartão postal está lá preservado, e espero que continue assim.

13) Pela sua experiência, gostaria que dissesse se é possível ao magistrado ser sempre imparcial diante da influência da opinião pública, dos movimentos sociais e dos outros Poderes? Pode falar um pouco sobre o tema?

Eu acho que um magistrado deve sempre ser imparcial. Primeiro, se ater aos estudos, ao que está nos autos e obviamente, ele não pode também ficar enclausurado, ele pode de repente, ler alguma coisa sobre aquele assunto que esteja sendo objeto da demanda judicial. Mas no final, ele deve realmente guardar a sua imparcialidade, não é que ele vá ficar ali enclausurado, como eu já disse, deve estudar, pode até pedir uma opinião técnica, ver o que está se comentando sobre aquele assunto, mas apenas para tomar a decisão correta sobre aquele caso estudado, e sempre com imparcialidade.

14) Diante da condição de Magistrado, alguma vez já proferiu decisão contrária ao seu sentimento pessoal de Justiça?

Que eu me recorde, não. Eu sempre procuro julgar de acordo com a minha convicção, mesmo quando há situações em que estou aqui no tribunal e vejo que o STF vem julgando de uma maneira contrária ao que eu venho interpretando; mas eu verifico que tem uma feição constitucional, examinada no Supremo, e mantenho a minha convicção; se for uma matéria que termina no STF, e que na verdade hoje em dia com a questão de Legislação dos Processos Repetitivos, haverá uma tendência para que depois a gente venha a seguir, eu prefiro manter sempre a minha convicção, salvo se for uma decisão em nível de Supremo Tribunal Federal, onde até hoje existe o efeito vinculante.

15) Durante sua trajetória no TRF, lembra-se de algum fato marcante envolvendo a relação da atuação da OAB, do Ministério Público Federal, da Defensoria Pública Federal ou de algum outro órgão que mereça um destaque especial?

No âmbito de um processo específico, não; na verdade, o que eu tenho a destacar é que eu tive a grata satisfação de ter um relacionamento muito bom, tanto com o ministério Público, quanto com as Procuradorias que atuam, como também com os advogados; mas, lhe falar um caso específico, que merecesse um destaque, eu confesso que não.

16) Como avalia a fiscalização exercida pela Ordem dos Advogados do Brasil em face da conduta ética de seus filiados?

Eu acho que a OAB vem procurando melhorar a sua fiscalização, no que diz respeito aos advogados; e eu acredito que você fiscalizar os seus iguais, é importante que se diga, nunca foi uma tarefa fácil; e eu digo que fui Corregedor, onde a minha missão maior era colaborar com a prestação jurisdicional, dar apoio aos juízes, mas você também tem uma missão, que você de certa forma está ali avaliando o trabalho dos colegas, o que não é fácil, imagino também que no âmbito da OAB essa missão não seja fácil; mas creio que a nível tanto de

Corregedoria de Tribunais, como no caso específico do tribunal, dos seus conselhos de ética, vêm-se procurando melhorar esse tipo de atividade.

17) E as recentes operações da Polícia Federal e sua ampla divulgação na mídia?

Eu acho que o Supremo Tribunal Federal, como Corte Máxima do nosso Sistema, do Judiciário, vem procurando dar respostas a respeito disso, tanto que saiu essa recentemente uma Súmula inclusive vinculante a respeito da questão do uso das algemas; talvez até crítica a Súmula, que ficou restritiva demais ao uso, o que pode depois vir a ser “mitigado”; talvez tenha sido uma resposta dura para os movimentos que estavam ocorrendo, exposições totalmente constrangedoras, pessoas que estavam sendo objetos daquelas apurações; não que as apurações não devam ocorrer, quanto a isso não há dúvida; mas você transformar, de repente, aquelas pessoas que estão sendo investigadas, pessoas que vão ser expostas por completo, de maneira constrangedora para a mídia, acho que isso não deve fazer parte do papel do judiciário, porque na verdade aquelas prisões eram feitas com ordens judiciais e eu acho que o Supremo vem procurando dar a resposta devida à essa situação.

18) A jurisprudência deste Tribunal pode ser considerada pioneira, em nível nacional? Por favor, indique em que área.

O nosso Tribunal teve, efetivamente, muitas decisões dadas em caráter pioneiro, no que diz respeito à inconstitucionalidade de tributos; por exemplo, aquela questão do bloqueio dos valores na época do Plano Collor, e começaram decisões no âmbito da 1ª Instância e depois aqui, também sedimentadas pelo Tribunal, reconhecendo sua inconstitucionalidade; o Supremo Tribunal Federal demorou a reconhecer isso, mas aqui nós tivemos esse pioneirismo e em várias outras decisões, várias conquistas, no que diz respeito à parte previdenciária, os benefícios previdenciários, que chegam para aquelas pessoas, talvez as mais simples, as mais humildes, que precisam da Justiça Federal; enumerar especificamente quais os casos, eu confesso que talvez a memória também não ajude, mas eu me lembro bem, de uma decisão até da Doutora Margarida, há alguns tempos atrás, reconhecendo os benefícios previdenciários para as pessoas homo afetivas, uma decisão da Doutora Margarida num processo originário no Rio Grande do Norte, uma decisão no 1º grau do Juiz Ivan Lira de Carvalho, então, hoje em dia isso já administrativamente está se começando a ser reconhecido, mas tudo fruto de decisões judiciais, chamando a atenção para tais questões.

19) Pela sua experiência, a jurisprudência do Tribunal é mais favorável à União ou mais benéfica ao contribuinte e/ou beneficiado?

Eu não diria que o Tribunal nem é um Tribunal Fiscalista, nem um Tribunal pró-contribuinte, eu diria que ele procura fazer Justiça, é um Tribunal Legalista, procurando fazer Justiça para muitas vezes a nossa legislação, que é uma legislação que diz respeito à Constituição e uma vez desrespeitada, nós estamos aqui para corrigir essas distorções.

20) Poderia opinar sobre esta metodologia da História Oral que hoje estamos utilizando para constituir fontes históricas, consolidar a memória institucional e contribuir no processo de formação da cidadania ao disponibilizar essa informação organizada à Sociedade?

É importante 1º que tenha a oportunidade de haver a memória das coisas, do registro, de ter o histórico, e hoje em dia, graças a Deus, com a tecnologia, esses registros não estão ficando apenas no papel, mas também registrados através de outros instrumentos, no caso específico daqui, através de vídeo, de filmagem, de áudio, isso depois pode ser disponibilizado não só em DVD, como também na própria Internet. Então, há uma oportunidade e uma riqueza muito grande de instrumentos que são colocados à disposição,

para que se possa resguardar a memória das instituições, bem como as memórias de uma maneira geral, o que só tem de ser enaltecido.

21) Acredita que a metodologia da História Oral poderá tornar-se uma prática exeqüível em prol do engrandecimento da Instituição TRF 5ª Região?

Com certeza, é importante destacar que está sendo feito num momento em que a gente vai completar os 20 anos, o que é uma idade marcante, muito significativa para a instituição; eu acho que isso deve ser ampliado não só com os magistrados, como também servidores, sei que você também já vem fazendo, para que a memória seja registrada da maneira mais ampla possível.

22) Para finalizar, gostaria de expressar alguma declaração, numa perspectiva histórica, sobre o Tribunal que não foi ainda abordada?

Eu podia deixar uma mensagem para o estudante de direito, aquele que está ali iniciando, que às vezes, pega digamos assim no 1º semestre, algumas disciplinas que não são tão práticas, disciplinas às vezes áridas... queria dizer que, desde o início, procurem estudar, que a carreira na área jurídica é uma carreira muito bonita, no que diz respeito à advocacia, ao Ministério Público, Procuradorias, Magistraturas. Hoje, o curso de direito é muito procurado, não só por pessoas que querem se dedicar à jurídica, como profissionais de outras áreas, para poder entender melhor o exercício da cidadania. E eu queria deixar esse registro, procurem fazer um curso bem feito, procurem estudar bem, porque certamente aquele que se dedicar ao direito encontrará uma gama muito grande de oportunidades, para se voltar a uma profissão bonita e poder prestar um bom serviço para nossa nação. É essa mensagem que eu podia deixar, registrando a minha satisfação, mais uma vez, de poder dar esta entrevista e trabalhar numa instituição para mim tão importante que eu digo, não é o Tribunal Regional Federal da 5ª Região, é a Justiça Federal da 5ª Região.